



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA

**PROCESSO N.º 29.048/2012**

**APENSOS N.º 480.000.630/2012 e N.º 053.000.769/1995**

**PARECER N.º 215/2016–DA**

**EMENTA:** Tomada de Contas Especial. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF. Irregularidades na concessão e no pagamento da Indenização de Transporte. Conduta dolosa do beneficiário. Ocorrência de fraude. Responsabilidade comprovada. Débito devidamente quantificado. Citação do beneficiário. Apresentação de defesa. Exame do mérito das alegações de defesa. Improcedência. Irregularidade das contas. Notificação do beneficiário para recolhimento do débito e deliberação acerca da aplicação da sanção de inabilitação.

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos acerca de Tomada de Contas Especial para apurar irregularidade na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, **Sr. Jurandi Gomes da Silva**, por ocasião de sua passagem para a inatividade, oportunidade em que manifestou intenção de fixar domicílio em Prado/BA.

2. Nesta fase processual são examinadas as alegações de defesa apresentadas em face da Decisão n.º 2.953/2015 (fl. 45), que determinou a citação do ex-bombeiro militar **Jurandi Gomes da Silva**, para que recolhesse o valor do débito apurado nos autos ou apresentasse alegações de defesa, ante a possibilidade de ter as contas julgadas irregulares, cominada com a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal.

3. O beneficiário apresentou suas alegações de defesa (fls. 48/62), alegando, preliminarmente, **que** a decisão de citá-lo é nula, pois carece de motivação, o que o impossibilita de exercer plenamente seus direitos constitucionais ao contraditório e à ampla defesa; **que** não teria legitimidade para figurar como responsável na presente TCE, vez que o procedimento apuratório em tela foi instaurado para verificar a regularidade e legalidade da concessão e pagamento de indenização de transporte, atos que não tiveram a participação do defendente, porquanto afetos a seus superiores hierárquicos; **que** resta prescrito o direito de a Administração buscar o ressarcimento pretendido, conforme previsto no artigo 110 da Lei n.º 8.112/90, amparando tal argumento em transcritos sobre o assunto para requerer o arquivamento dos autos, posto que a concessão em apreço ocorreu em 1995; **que** devido ao lapso temporal decorrido (mais de 20 anos), não há como apresentar outros documentos, asseverando que as conclusões da Corte de Contas tiveram por base ilações e suposições; **que** a decisão do Tribunal se baseou em ilações e suposições, porquanto não fundamentada em provas documentais, impossibilitando o exercício do contraditório; **que** sua habilitação para percepção da verba indenizatória questionada ocorreu em conformidade com a legislação de regência (Lei n.º 5.906/73, Decreto n.º 986/93, Decreto n.º 16.259/95 e Portaria n.º 023/95-CBMDF); **que** a Comissão Tomadora teria exorbitado suas competências e finalidade, visto não ser responsabilidade do defendente os atos de concessão e pagamento



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

da Indenização de Transporte; **que** a TCE não considerou os elementos de defesa apresentados nos autos, não apresentando fundamentos, motivos e razões de direito para apontar a conduta irregular praticada pelo defendente e imputar responsabilidade por dano ao erário; **que** houve desídia do Tribunal nas apurações em tela, o que prejudica sua defesa, posto não haver possibilidade de apresentação de provas documentais (passagens aéreas, terrestres, fretamento de transporte de mudança, etc.) ou testemunhais para comprovar a transferência de domicílio para a cidade de Prado/BA, em face do tempo decorrido entre a concessão e o momento atual; **que** não pode ser apenado por inércia, desídia ou negligência da Administração, sendo inaceitável aplicar-lhe gravame, encargo ou pena; e **que** não dispõe de outros elementos de prova para juntar aos autos, tendo cumprido a obrigação objeto da indenização percebida.

4. Ao final, requer o conhecimento e provimento de suas alegações de defesa para, em consequência, eximi-lo da responsabilidade imposta nos presentes autos, desobrigando-o de ressarcir a verba de Indenização de Transporte regularmente recebida.

5. A Unidade Técnica, em face da regular tramitação do processo, examinou o mérito da defesa carreada aos autos, considerando, em apertada síntese, que a documentação apresentada pelo defendente é incapaz de afastar as irregularidades identificadas e comprovar cabalmente a mudança de domicílio que fundamentou a concessão de Indenização de Transporte ora questionada, razão pela qual concluiu pela improcedência das alegações de defesa ora examinadas.

6. Ademais, ressaltou que o Tribunal, em face da constatação da conduta dolosa por parte do beneficiário, que simulou transferência de domicílio para obtenção de vantagem pecuniária indevida, tem decidido pela notificação do responsável para a restituição da quantia devida aos cofres públicos, acrescida de correção monetária e de juros de mora, consoante artigo 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Emenda Regimental n.º 13/03.

7. Assim, sugeriu ao Tribunal que considere improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo ex-bombeiro militar **Jurandi Gomes da Silva** e, por consequência, notifique o defendente para recolhimento do débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de **R\$ 109.534,86** (cento e nove mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos), atualizado em 09.02.2016 (fl. 64), quantia que deverá ser corrigida, na data da efetiva quitação, consoante Lei Complementar n.º 435/01, sem prejuízo de deliberar, ainda, acerca da aplicação da sanção prevista no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94, dada a gravidade da irregularidade ocorrida, conforme consolidado nas sugestões consignadas à fl. 73.

8. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para manifestações, passo a examinar o mérito das alegações de defesa ofertadas pelo ex-bombeiro militar **Jurandi Gomes da Silva**, ressaltando, de antemão, que os documentos apresentados pelo nominado defendente não se mostraram capazes de comprovar a efetiva transferência de domicílio para a cidade de destino anunciada (Prado/BA).

9. Oportuno observar que, no atual momento processual, o ora defendente não logrou êxito em ratificar ou confirmar o estabelecimento de domicílio na localidade indicada como novo domicílio para conferir regularidade à percepção de indenização de transporte,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

restando caracterizada, portanto, na visão deste representante ministerial, a conduta dolosa do ex-bombeiro militar beneficiário da citada indenização de transporte, haja vista o militar não ter produzido os documentos de modo a comprovar a transferência de domicílio para a cidade do Prado/BA, com a finalidade de justificar o direito à aludida percepção, conforme exigido na legislação de regência.

10. Nesse diapasão, uma vez evidenciado o dolo na conduta do beneficiário, os juros de mora devem incidir a partir da data inicial do pagamento da indenização de transporte (**05.09.1995**), a teor do disposto no artigo 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Emenda Regimental n.º 13/03.

11. Sobre as ações de ressarcimento, reitero o posicionamento expendido no Parecer n.º 984/2005-DA, lançado no Processo n.º 1.224/02, no qual registrei que “*os ilícitos praticados por agentes públicos, decorrentes de atos praticados com dolo ou culpa, em que resultem prejuízos ao erário não são atingidos pela prescrição contida no § 5º do artigo 37 da Constituição Federal, devendo o Poder Público buscar a qualquer tempo o ressarcimento do dano, utilizando-se dos meios cabíveis e postos a sua disposição, seja na esfera administrativa ou judicial*”.

12. Noutras palavras, “*a imprescritibilidade das ações de ressarcimento, de que trata o § 5º do artigo 37 da Constituição Federal, deve ser considerada em seus devidos termos, ou seja, apenas os atos praticados com culpa lato sensu pelo agente e que causarem prejuízo ao patrimônio público estão afetos à imprescritibilidade. Em outras palavras, apenas a repercussão patrimonial do ilícito é imprescritível, não o sendo as demais consequências do fato (administrativa e/ou penal) que terão seus prazos prescricionais previstos em lei*”.

13. No presente caso, restou evidenciado o dolo na atuação do ex-bombeiro militar, que, sabedor da necessidade de comprovar, de forma efetiva e inequívoca, a alteração de domicílio, o mesmo não apresentou documentos suficientes e idôneos que possibilitassem tal comprovação, apesar de o defendente ter firmado, junto à Corporação Militar, declaração nesse sentido (fl. 06 do Processo n.º 053.000.769/1995). Ainda assim, na hipótese vertente, ao ser transferido para a inatividade, requereu o pagamento da indenização de transporte sem o suporte documental adequado, descumprindo deliberadamente, quando da concessão, requisitos claramente explícitos e delineados na legislação.

14. Ante o exposto, opina este representante do **Parquet** especializado por que o e. Plenário acolha as sugestões formuladas pela Unidade Técnica, na forma consignada à fl. 73.

É o parecer.

Brasília, 14 de março de 2016.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
**Procurador**